



RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício económico de 2023

Exmos. Senhores,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da **Fundação Círculo de Leitores** elaborou o presente Relatório de Gestão que, em conjunto com os restantes elementos de prestação de contas, permitirá uma melhor compreensão da exploração e do balanço referente ao exercício económico de 2023.

I – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Num contexto de incerteza geopolítica, taxas de juro elevadas e arrefecimento da procura mundial, as principais economias avançadas terminaram o ano de 2023 mais resilientes do que inicialmente previsto, suportadas por mercados de trabalho fortes e pelo dinamismo de alguns fatores relacionados com o restabelecimento de estrangulamentos mundiais e da normalização final pós-pandemia em vários sectores. Com o forte impacto que a guerra na Ucrânia provocou nos preços da energia e das matérias-primas em geral, o contexto mundial não convidava ao otimismo, agravado pela possibilidade de alguns países europeus terem de efetuar cortes de energia.

No entanto, com o decorrer do tempo, verificou-se uma redução sustentada dos preços da energia, apesar das sucessivas reduções de produção de petróleo por parte do cartel da OPEP+. Os E.U.A. têm contrabalançado a oferta, atingido máximos de produção, quer de petróleo, quer de gás natural. Associada a uma descida rápida da inflação nos últimos meses, o cenário macroeconómico de estagflação nas economias avançadas, deu lugar a um cenário de crescimento moderado com controlo de inflação. E nem mesmo o conflito em Israel e os ataques no Mar Vermelho por parte dos Houthis do Iémen, conduziram a uma deterioração sensível das perspetivas internacionais.

Na Europa, num contexto de crise energética, de inflação elevada e de subida das taxas de juro, o crescimento da zona euro acabou por se situar nos 0,5% e alguns países, como a Alemanha, registaram uma ligeira diminuição da atividade. Uma das chaves para esta melhoria foi a moderação dos preços da energia em geral, e do gás em particular, pelo facto dos países europeus terem conseguido encontrar fontes de abastecimento alternativas ao gás russo mais facilmente do que o previsto, enfrentando este inverno com as suas reservas completas e navios-tanque de GNL em fila de espera para descarregar. Consequentemente, a moderação dos preços da energia fez com que a inflação se atenuasse mais rapidamente, o que significa que as famílias não perderam tanto poder de compra, com óbvias consequências no consumo, que acabou por não cair ao nível do que tinha sido previsto.

No caso da economia portuguesa, o ritmo de crescimento foi volátil ao longo do ano, muito concentrado no primeiro e quarto trimestres, conseguindo, não só evitar a recessão, como

FCL 7-A4 - Junho 2016 - 2.000 Ex

registando um impulso assinalável no último trimestre. Desagregando os principais fatores do crescimento, e em ordem decrescente, destaca-se o consumo privado, o investimento e o consumo público, este último com menor contributo em linha com o movimento de forte consolidação das contas do Estado. Para atingir a taxa de crescimento de 2,2% para o conjunto da economia, é necessário ter em conta o impulso da parte externa apesar de volátil ao longo do ano, destacando sem dúvida o Turismo (com um contributo para este desempenho superior a 20%) mas também as exportações de mercadorias e de serviços de elevado valor acrescentado, com reforço da sua posição nas vendas ao exterior e no PIB. Todavia, nesta vertente, o fraco contexto internacional não convida ao otimismo, especialmente tendo em conta a quase estagnação dos países europeus, nomeadamente as maiores economias do centro da Europa, mais afetadas pela proximidade de zonas de conflito e mais expostas à desaceleração da China.

Tudo isto foi fundamental para que o emprego mantivesse uma dinâmica positiva durante 2023, ultrapassando as perspetivas do início do ano. Perante a perspetiva de que a recessão seria temporária, muitas empresas preferiram manter os postos de trabalho, para evitar ter de voltar a procurar trabalhadores, num mercado de trabalho não muito longe do pleno emprego. Apesar do alcance de um volume histórico de empregos, a taxa de desemprego é cerca de meio ponto percentual superior à que se estimava há um ano. Todavia, tal fica sobretudo a dever-se ao aumento da população ativa, muito suportada pelo fenómeno da imigração.

No setor do turismo, o número de hóspedes superou pela primeira vez a barreira dos 30 milhões, colocando os turistas num nível acima do melhor ano pré-pandemia (+12% comparativamente a 2019) e prolongam a trajetória de recuperação do setor. O Reino Unido manteve-se como principal mercado emissor em 2023 (18,4% das dormidas de não residentes) mas os maiores crescimentos percentuais foram nos mercados canadiano e dos EUA.

No setor imobiliário, pese embora ainda não estejam disponíveis os dados do 4.º trimestre de 2023 do Índice de Preços da Habitação (IPH) do INE, o que já conhecemos deste indicador juntamente com dados mais tempestivos de indicadores complementares fazem-nos crer numa valorização robusta do preço das casas em 2023, embora inferior ao registado em 2022 (valorização média de 12,6%).

Do lado dos mercados monetários, depois da tendência de subida verificada pelas taxas Euribor desde meados de 2022, as quais atingiram máximos desde 2008, a partir do final de outubro assistiu-se a uma relativa estabilidade ou até mesmo a uma ligeira descida das mesmas. As sucessivas subidas nas taxas diretoras decididas pelo Banco Central Europeu entre julho de 2022 e setembro de 2023, que colocaram a política monetária no centro das decisões para combater as pressões inflacionistas, levaram a uma desaceleração do ritmo de crescimento das várias componentes dos preços. Na última reunião para analisar a política monetária, realizada a 14 de dezembro, o BCE considerou apropriado manter inalteradas as suas taxas diretoras, o que aconteceu pela segunda vez consecutiva desde a reunião de setembro de 2023, considerando agora que as taxas de juro diretoras atingiram os níveis necessários para o retorno da inflação ao objetivo.

II- A ATIVIDADE DA FUNDAÇÃO

O ano de 2023 foi marcado por alguns dos efeitos que condicionaram a atividade económica do país e da Europa, das quais podemos destacar o legado dos efeitos pós-pandemia, as restrições de algumas das cadeias de aprovisionamento e as pressões inflacionistas nas áreas da alimentação, energia, combustíveis e matérias-primas.

A Fundação prosseguiu a sua atividade, com destaque para as seguintes atividades:

- Prémio Literário José Saramago: preparação da atribuição do Prémio Literário José Saramago, que ocorrerá no ano de 2024.
- Revista Ler: no exercício de 2023 manteve-se a atividade associada à Revista Ler, com publicação trimestral em suporte papel e presença nas plataformas digitais de comunicação social, através de blogue, página no Facebook e Twitter.

III- DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

Com base no desempenho da Fundação Círculo de Leitores, o resultado líquido do exercício de 2023 revelou-se negativo, totalizando - 31.474,39 € (trinta e um mil quatrocentos e setenta e quatro euros e trinta e nove cêntimos negativo)

GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A gestão dos riscos financeiros é efetuada e monitorizada de forma integrada no âmbito das funções financeiras do Grupo e acompanhada proximamente pela Administração. Neste âmbito, a Fundação Círculo de Leitores monitoriza a exposição e adota políticas de gestão de risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio, risco de capital e risco financeiro.

IV – PERSPECTIVAS FUTURAS

O ano de 2024 arranca com um panorama relativamente favorável, apesar de vários indicadores sugerirem que o ritmo de crescimento estará a abrandar nos principais países desenvolvidos, sendo provável que o crescimento se mantenha enfraquecido durante mais alguns meses. Contudo, espera-se que os fatores que abrandam o ritmo de crescimento se dissiparão gradualmente nos próximos trimestres, dando lugar a um dinamismo crescente da economia, tanto a nível global como na economia portuguesa. Para que tal suceda de acordo com as previsões dos analistas, há cinco fatores fundamentais:

Em primeiro lugar, prevê-se que, em 2024, o ciclo inflacionista esteja praticamente encerrado. A redução das pressões inflacionistas que se tem vindo a materializar nos últimos meses, e a contenção dos preços da energia e das matérias-primas, permitem algum otimismo. Espera-se que a inflação se situe em torno de 2,0% nos EUA e que continue a diminuir no segundo semestre e na zona euro, o padrão poderá ser semelhante, embora a moderação seja provavelmente um pouco mais lenta e o ano possa terminar com uma taxa ainda ligeiramente acima de 2,0%.

O segundo pressuposto, estreitamente relacionado com o primeiro, é o de que as condições financeiras serão flexibilizadas ao longo do ano. Até agora, a FED e o BCE têm-se mostrado muito cautelosos, sublinhando sempre a necessidade de garantir que a inflação seja mantida sob controlo. Mas a melhoria das perspetivas nesta dimensão já levou a uma correção notável nas expectativas de taxas de juro descontadas pelos mercados financeiros no final de 2023. Nos próximos meses, à medida que as taxas de inflação se aproximam do objetivo de 2,0%, é de esperar que os principais bancos centrais comecem a baixar as taxas de juro de referência. Isto aliviará a pressão de muitas empresas e famílias e ajudará a economia a começar a ganhar tração no segundo semestre do ano.

Em terceiro lugar, é a evolução do mercado de trabalho, que tende a reagir com algum atraso à evolução da atividade. Só quando a recessão económica se prolonga é que as empresas ajustam a sua força de trabalho. Este facto pode dar origem a receios de que a situação atual, a manter-se, dê lugar a uma certa destruição de postos de trabalho nos próximos trimestres. No entanto, enquanto se mantiverem as expectativas de que o abrandamento económico será moderado e transitório, e de que a procura começará em breve a ganhar força, o mercado de trabalho poderá manter-se favorável. É pouco provável que as empresas ajustem as suas forças de trabalho durante um curto período de tempo, dadas as dificuldades relatadas para encontrar trabalhadores em muitos sectores.

O quarto pressuposto fundamental e um dos principais riscos no cenário económico mundial vem da China, com a maioria dos analistas a assumir que o profundo ajustamento que o seu sector imobiliário está a sofrer, com uma queda do volume de vendas superior a 40%, se fará sem que os restantes sectores sejam excessivamente afetados. Até à data, as medidas tomadas pelo governo chinês têm sido eficazes e a economia, no seu conjunto, tem continuado a crescer a bom ritmo. Prevê-se que este cenário se mantenha ao longo do ano, mas o desafio que a China tem pela frente é significativo e qualquer contratempo poderá ter repercussões a nível mundial.

Por último, o principal ponto de interrogação para o cenário económico mundial advém da geopolítica. Parte-se, geralmente, do princípio de que os conflitos ativos, como a guerra na Ucrânia, entre Israel e o Hamas e a guerra no Sudão, não se irão agravar. Este facto é de extrema importância, não só pelos dramas humanos que geram, mas também pelas repercussões que podem ter na economia mundial, pressionando os preços das matérias-primas ou dificultando as principais rotas comerciais. Com o aumento dos conflitos e das despesas com a defesa e a degradação do papel das instituições multilaterais, em 2024 mais de metade da população mundial será chamada às urnas para eleições nacionais. As eleições em Taiwan, na

Índia e no Reino Unido não são os únicos riscos de instabilidade, uma vez que, em 2024, também haverá eleições presidenciais nos EUA. Por sua vez, muitas destas escolhas podem afetar o atual equilíbrio geopolítico mundial.

Para a economia portuguesa, 2024 será marcado por uma dinâmica de contenção da procura durante a primeira metade do ano, por via dos custos de financiamento ainda elevados, prevendo-se que a atividade seja estimulada pelo impulso de crédito, à medida que for mais certa a dimensão do alívio dos juros pelo BCE e também estimulada pela execução dos fundos comunitários. Ou seja, continuamos otimistas quanto à robustez da economia, não esquecendo, todavia, a existência de riscos que podem implicar uma revisão da previsão do Banco de Portugal de 1,2% de crescimento para 2024.

Quanto à inflação, as previsões do Banco de Portugal, apontam para substancial melhoria face a 2023, contudo, ainda acima de 2% (2,9% de acordo com as previsões do Banco de Portugal). Os preços da energia, que foram uma grande alavanca para a descida da inflação em 2023, deverão ter este ano um contributo mais residual no processo. Por outro lado, a erosão acumulada do poder de compra no período 2022 e 2023 (compensada apenas parcialmente por aumentos salariais) juntamente com o aperto monetário no pico de taxas durante boa parte de 2024, deverá arrefecer a procura e apoiar o rumo descendente do IPC.

No setor do turismo, antecipa-se um crescimento mais moderado do setor, tendo também em conta o abrandamento da atividade quer em Portugal, quer dos principais países emissores. E no setor imobiliário, prevê-se que a resistência deste mercado ao pico de taxas de juro, modere a trajetória de valorização.

Tendo em conta os riscos e incertezas ao nível do mercado interno, gostaríamos de reafirmar a necessidade de atuarmos com muita prudência, mantendo o enfoque na contenção de custos, sem nunca perder de vista o esforço de investimento necessário para fazer face à nossa missão.

Dos objetivos estratégicos definidos para o ano de 2024, destacamos os principais:

- A atribuição do Prémio Literário José Saramago;
- Prosseguimento da edição da Revista Ler.

No presente exercício, a Fundação Círculo de Leitores requereu a renovação da declaração de utilidade pública, para o Quinquénio 2024/2028, encontrando-se o respetivo processo em, curso.

V – OUTROS FACTOS RELEVANTES E ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após o encerramento das contas do exercício de 2023, não ocorreu qualquer facto a salientar que seja passível de alterar as Demonstrações Financeiras apresentadas.

VI – DISPOSIÇÕES LEGAIS

Nos termos do Art.º 21.º do DL 411/91, de 17 de outubro, declara-se que não existe qualquer dívida vencida à segurança social.

Nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de novembro, declara-se que não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado.

Não existem transações com Administradores.

A Entidade não possui qualquer sucursal.

VII – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Conforme consta das Demonstrações Financeiras, anexas ao presente relatório, o Resultado Líquido apurado no Exercício de 2023 é de -31.474,39€ (trinta e um mil quatrocentos e setenta e quatro euros e trinta e nove cêntimos negativo).

Nos termos legais e estatutários o Conselho de Administração propõe ao Conselho de Curadores que o resultado tenha a seguinte distribuição:

Para resultados transitados: -31.474,39€ (trinta e um mil, quatrocentos e setenta e quatro euros e trinta e nove cêntimos negativo).

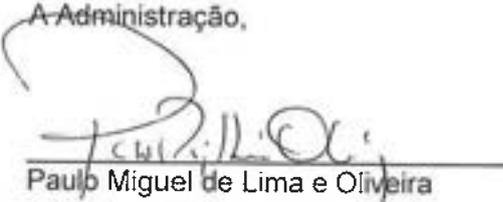
VIII – AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Fundação Círculo de Leitores gostaria de expressar o seu agradecimento a todos os colaboradores, pela continuada demonstração de empenho e dedicação, aos consumidores e clientes, pela confiança e preferência pelos seus produtos e serviços, e aos fornecedores e demais parceiros, pelo contínuo apoio prestado à Organização.

Por fim, um agradecimento especial à Presidente da Mesa da Assembleia Geral, à Secretária da Mesa da Assembleia Geral e ao Conselho Fiscal pela estimada colaboração e disponibilidade para com a Fundação.

Lisboa, 15 de março de 2024

A Administração,


Paulo Miguel de Lima e Oliveira


Ana Beatriz Lopes Monteiro


Elísio Fernando Borges Maia

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores em euros)

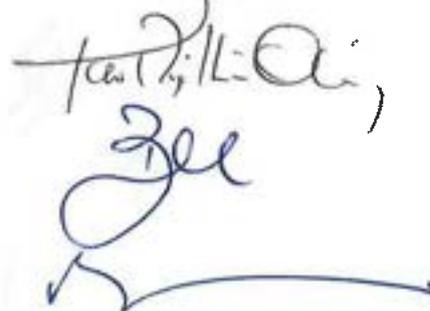
RUBRICAS	Notas	2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos intangíveis	6	19.978,31	29.967,47
		19.978,31	29.967,47
Ativo corrente			
Inventários	7	10.058,27	22.241,68
Clientes	8	39.195,43	25.839,42
Estado e outros entes públicos	9	188,54	0,51
Créditos a receber	10	-	1,45
Diferimentos	15	-	70,60
Caixa e depósitos bancários	4	47.979,03	70.995,95
		97.421,27	119.149,61
Total do ativo		117.399,58	149.117,08
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	11	74.819,68	74.819,68
Reservas		63.341,64	63.341,64
Resultados transitados	12	(31.322,76)	(26.279,12)
		106.838,56	111.882,20
Resultado líquido do período		(31.474,39)	(5.043,64)
Total dos fundos patrimoniais		75.364,17	106.838,56
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	13	17.073,34	12.828,05
Estado e outros entes públicos	9	4.819,25	7.146,91
Outras dívidas a pagar	14	17.995,53	20.653,96
Diferimentos	15	2.147,29	1.649,60
		42.035,41	42.278,52
Total do passivo		42.035,41	42.278,52
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		117.399,58	149.117,08

Lisboa, 15 de março de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A ADMINISTRAÇÃO





DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	(valores em euros)	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	16	68.618,94	86.076,78
Subsídios, doações e legados à exploração	17	62.598,61	83.202,64
Variação nos inventários da produção	18	(14.984,16)	28.509,19
Fornecimentos e serviços externos	19	(60.242,76)	(124.804,53)
Gastos com o pessoal	20	(78.959,93)	(69.248,76)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	7	2.800,75	(4.695,70)
Outros rendimentos	21	-	281,27
Outros gastos	22	(2.078,43)	(4.366,58)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(22.246,98)	(5.045,69)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(9.989,16)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(32.236,14)	(5.045,69)
Juros e gastos similares suportados / obtidos	23	761,75	2,05
Resultado antes de impostos		(31.474,39)	(5.043,64)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(31.474,39)	(5.043,64)

Lisboa, 15 de março de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2023

DESCRÇÃO	Notas	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-ME					Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Resultado líquido do período			
Posição no início do período 2023	1	74.819,68	-	63.341,64	(26.279,12)	(5.043,64)	106.838,56	-	106.838,56
Alterações no período									
Primeira adção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais									
Resultado líquido do período	2								
Resultado integral	3								
Operações com detentores de capital no período	4 = 2 + 3								
- Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Distribuições									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações									
Aplicação do resultado líquido de 2023	5			(5.043,64)		5.043,64			
Posição no fim do período 2023	6	74.819,68	-	63.341,64	(31.322,76)	(31.474,39)	75.364,17	-	75.364,17

Lisboa, 15 de março de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco António do Carmo da Silva

A ADMINISTRAÇÃO

António L. O. C.
Bel

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2022

DESCRIÇÃO	Notas	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUÍDORES DA UTILIDADE PÚBLICA						Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total			
Posição no início do período 2022	6	74.819,68	-	63.341,64	(34.500,46)	8.521,37	111.882,20	-	111.882,20	
Alterações no período										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do movimento de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										
Ajustes resultantes por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17+18+20									
Resultado líquido do período	18									
Resultado Integral	11 = 18+9									
Operações com detentores de capital no período										
Fundos										
Subsídios, dotações e legados	17									
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
Aplicação do resultado líquido de 2021	12									
Posição no fim do período 2022	13	74.819,68	-	63.341,64	(26.275,12)	8.521,37	106.838,56	-	106.838,56	
	13+11+12									

Liisboa, 15 de março de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

[Assinatura]
Ana Filipa da Conceição

[Assinatura]
C. P. L. O. J. L.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

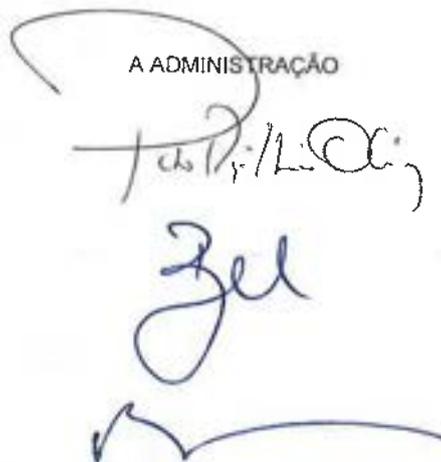
RUBRICAS	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		55 760,62	158.493,84
Pagamentos a fornecedores		(54 699,71)	(147 085,68)
Pagamentos ao pessoal		(79 289,22)	(53 934,12)
Caixa gerada pelas operações		(78 228,31)	(42 525,96)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			-
Outros recebimentos/pagamentos		(8 146,54)	(69 719,10)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(86 374,85)	(112 245,06)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos intangíveis		-	(22.054,84)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-	(22.054,84)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações e subsídios	17	62.598,61	83.202,64
Juros e gastos similares	23	759,32	2,05
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		63.357,93	83.204,69
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(23.016,92)	(51.095,21)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		70.995,95	122.091,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	47.979,03	70.995,95

Lisboa, 15 de março de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A ADMINISTRAÇÃO



Anexo

1. Identificação da entidade

1.1 Designação da entidade: Fundação Círculo de Leitores.

1.2 Sede: Rua Professor Jorge da Silva Horta, 1, Lisboa.

1.3 NIPC: 503476080.

1.4 Natureza da atividade: A Fundação Círculo de Leitores é uma pessoa coletiva de utilidade pública, tendo sido constituída por escritura pública a 11 de abril de 1995 e declarada instituição de utilidade pública em 27 de abril de 1999, pela Presidência do Conselho de Ministros, com base no diploma Decreto-lei nº 460/77 de 07 de novembro, por publicação no diário da república, 2ª série a 12 de maio de 1999.

A Fundação Círculo de Leitores tem por missão a divulgação da cultura escrita e do vasto património literário português, o fomento dos hábitos individuais e sociais de leitura e a promoção de um melhor conhecimento e uso, oral e escrito da língua portuguesa.

Para efeitos do n.º 2 do artigo 9.º do CIRC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, na redação dada pelo artigo 28.º da Lei n.º 10-B/96, de 23 de março, foi reconhecida a isenção de IRC à Fundação Círculo de Leitores, a partir de 27 de Abril de 1999, data do despacho em que foi também reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, conforme Diário da República – III série, n.º 255 de 4 de Novembro de 2000.

1.5 Grupo Económico: Integrada no Grupo Porto Editora, cuja casa-mãe é a Urbagesta, S.A., com sede na Avenida da França, 449, Porto.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

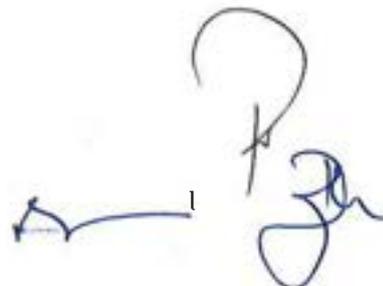
As presentes demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades sector não lucrativo (“SNC-ESNL”), nomeadamente conforme o decreto-lei nº36 A/2011, de 9 de março, o qual faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº8259/2015 de 29/07- Norma contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL);

-Portaria nº218/2015 de 23/07- código de contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (CC-ESNL); e

-Portaria nº 220/2015 de 24/07- Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo.



Sempre que o SNC-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações específicas, serão aplicadas supletivamente, e pela ordem indicada as:

- a) NCRF e Normas interpretativas (NI);
- b) Normas internacionais de contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento nº1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e
- c) Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 15 de março de 2024, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2023 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022.

2.2 Não foram feitas derrogações às disposições do SNC-ESNL.

2.3 Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da Fundação.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos intangíveis

A Fundação reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Fundação e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra e custos de conversão. O valor realizável líquido deste ativo corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda diretos.

O método de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Fundação reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Imparidade de ativos

A Fundação realiza testes de imparidade sempre que os eventos ou alterações envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Fundação avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

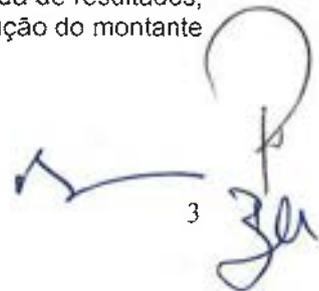
Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculados prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Créditos a receber

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentados em balanço deduzidos das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

AA



Esta rubrica não se apresenta influenciada pela aplicação dos valores descontados porque a Fundação considera que o impacto não é materialmente relevante.

Dívidas a pagar

As dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor, sendo deduzidas dos custos imputáveis à emissão da dívida, sendo subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (quando o valor temporal do dinheiro seja materialmente relevante).

Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem o dinheiro em caixa, depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro com um risco insignificante de alterações de valor.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Ativos e passivos contingentes

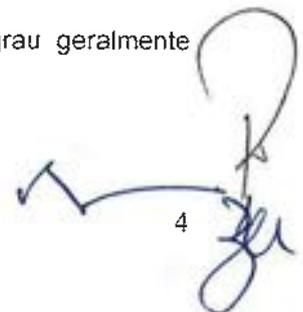
A Fundação não reconhece ativos e passivos contingentes, pois é remota a possibilidade de um exfluxo ou de um influxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido pela Fundação quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Fundação tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Fundação não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;



- A quantia do rédito é fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Fundação;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.

Benefícios dos empregados

A Fundação reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo as responsabilidades futuras deduzidas das quantias já liquidadas ou adiantadas à data do balanço.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Gastos/ Rendimentos de financiamentos

Os gastos/ rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efetuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos.

Acréscimos e diferimentos

As transações são reconhecidas contabilisticamente no momento em que são geradas, independentemente do momento em que são pagas ou recebidas. As diferenças entre os valores recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados no balanço, nas rubricas "Diferimentos" e "Outras dívidas a pagar" e "Créditos a receber".

Donativos, Subsídios e outros apoios

Um donativo ou subsídio não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Fundação cumprirá as condições a ele associadas, e que o donativo ou subsídio será recebido.

Um donativo ou subsídio, que se torne recebível como compensação por gastos já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à Fundação sem qualquer futuro gasto relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram acontecimentos com lugar a ajustamentos das demonstrações financeiras da Fundação.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF-ESNL requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, fundos patrimoniais, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Fundação e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Fundação é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Fundação, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Fundação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

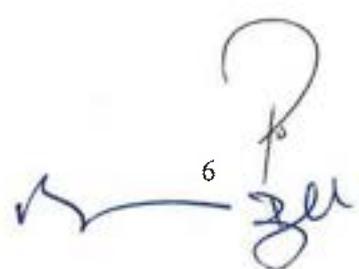
Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Fundação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Fundação situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Fundação.



6 

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Fundação classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

4.1 Todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso na presente data.

4.2 Desagregação dos valores inscritos nas rubricas de caixa e depósitos bancários e outros instrumentos financeiros:

Descrição	2023	2022
Depósitos à ordem	47.979,03	70.995,95
Total	47.979,03	70.995,95

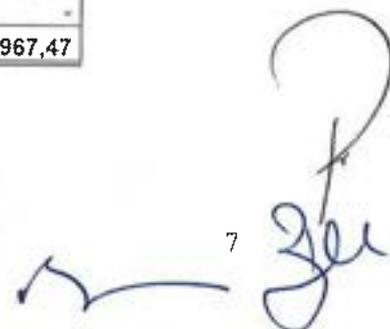
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período não existiu alteração nas políticas contabilísticas, não foram alteradas estimativas nem foram identificados erros materialmente relevantes para as demonstrações financeiras.

6. Ativos Intangíveis

Esta rubrica é analisada do seguinte modo:

Descrição	2023	2022
Valor bruto		
Ativos fixos intangíveis	29.967,47	-
Adiantamento por conta ativos fixos intangíveis	-	29.967,47
	29.967,47	29.967,47
Amortização acumulada		
Amortização do período	(9.989,16)	-
	(9.989,16)	-
Total	19.978,31	29.967,47

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2023, os movimentos ocorridos na rubrica de ativos intangíveis, foram os seguintes:

Descrição	Saldo inicial	Movimento do período	Saldo final
Valor bruto			
Outros ativos fixos intangíveis	-	29.967,47	29.967,47
Imobilizado em curso intangíveis	29.967,47	(29.967,47)	-
	29.967,47	-	29.967,47
Amortização acumulada			
Amortização ativos fixos intangíveis	-	9.989,16	9.989,16
	-	9.989,16	9.989,16
Total	29.967,47		19.978,31

7. Inventários

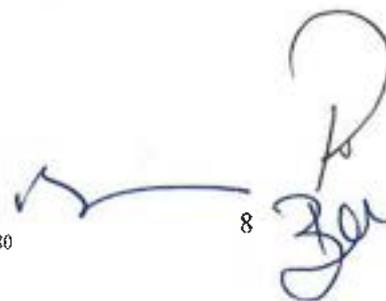
Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Valor bruto		
Produtos acabados e trabalhos em curso	84.604,11	99.588,27
	84.604,11	99.588,27
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	2.800,75	(4.695,70)
Imparidades de períodos anteriores	(77.346,59)	(72.650,89)
	(74.545,84)	(77.346,59)
Total	10.058,27	22.241,68

O movimento das imparidades de inventários é analisado da seguinte forma:

Descrição	Saldo inicial	Dotação	Reversão	Saldo final
Produtos acabados	77.346,59	9.329,17	(11.430,63)	74.545,84
Total	77.346,59	9.329,17	(11.430,63)	74.545,84

Ao abrigo da NCRF 18, a rubrica de inventários tem por base o ciclo de vida de cada revista e os respetivos prazos de colocação no mercado.

8. Clientes

A rubrica de clientes é analisada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Clientes gerais	10.978,11	1.122,08
Partes relacionadas	28.217,32	24.717,34
Total	39.195,43	25.839,42

9. Estado e outros entes públicos

A rubrica de estado e outros entes públicos é analisada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Retenções de imposto sobre o rendimento	188,54	0,51
Total	188,54	0,51
Passivo		
Retenções de imposto sobre o rendimento	1.949,00	2.603,75
IVA a pagar	629,49	2.412,12
Contribuições para segurança social	2.240,76	2.131,04
Total	4.819,25	7.146,91

10. Créditos a receber

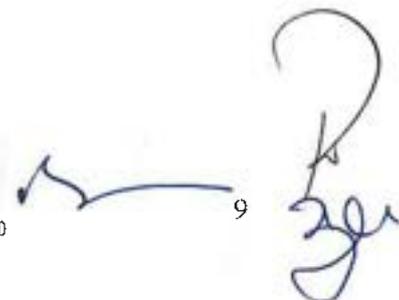
A rubrica de créditos a receber é analisada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Outros devedores	-	1,45
Total	-	1,45

11. Fundos e Reservas

Os Fundos da Fundação resultam de uma dotação de 74.819,68 euros que se encontra integralmente subscrita e realizada pelo fundador Círculo de Leitores, S.A.

Com referência a 31 de dezembro de 2023 a rubrica de Reservas ascende a 63.341,64 euros.

12. Resultados transitados

A rubrica de resultados transitados apresenta, com referência a 31 de dezembro de 2023, o montante negativo de 31.322,76 euros. A variação negativa de 5.043,64 euros que ocorreu no exercício, corresponde à incorporação do resultado líquido do ano transato, conforme aprovado em Assembleia de Curadores.

13. Fornecedores

A rubrica de fornecedores é analisada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores gerais	780,21	1.304,99
Partes relacionadas	16.293,13	11.523,06
Total	17.073,34	12.828,05

14. Outras dívidas a pagar

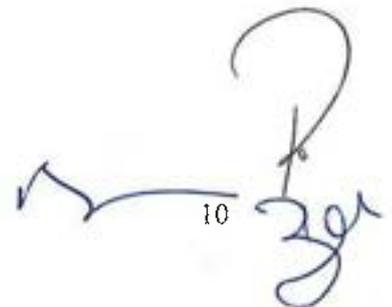
A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores de investimentos		2.442,48
Credores por acréscimos de gastos:		
Pessoal	17.475,77	17.261,48
Outros acréscimos	519,76	950,00
Total	17.995,53	20.653,96

15. Diferimentos

A rubrica de diferimentos é analisada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Licenças Office	-	70,60
Total	-	70,60
Passivo		
Receitas antecipadas	2.147,29	1.649,60
Total	2.147,29	1.649,60

16. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Vendas		
Revistas	48.118,94	46.076,78
Serviços prestados		
Publicidade	20.500,00	40.000,00
Total	68.618,94	86.076,78

17. Subsídios, doações e legados à exploração

A rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Donativos Entidades privadas	55.000,00	75.000,00
Consignação IRS e IVA	7.598,61	8.202,64
Total	62.598,61	83.202,64

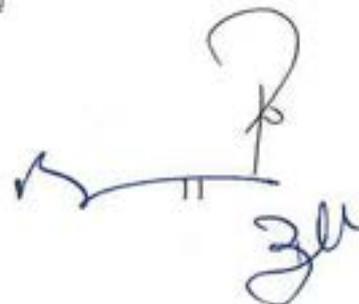
A Fundação Círculo de Leitores recebeu em 2023 e 2022 donativos da entidade Porto Editora, S.A. com o intuito de financiar as atividades inerentes ao seu desempenho.

Adicionalmente, na continuidade do exercício de 2023, foi recebido o valor de 7.598,61 euros referente à consignação de IRS e IVA.

18. Variação nos inventários da produção

A rubrica de variação nos inventários da produção é analisada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios	99.588,27	78.148,09
Produtos e trabalhos em curso	-	915,00
Regularização inventários	21.055,28	(7.069,01)
Abate inventários	(21.055,28)	-
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios	84.604,11	99.588,27
Total	(14.984,16)	28.509,19

19. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é detalhada da seguinte forma:

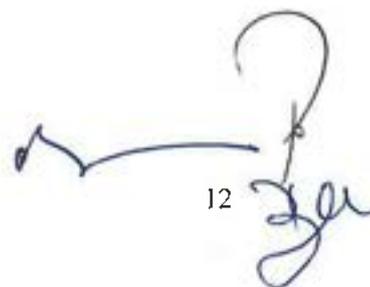
Descrição	2023	2022
Subcontratos	49.411,05	75.710,31
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	2.581,96	4.386,05
Publicidade e propaganda	2.000,00	30.709,30
Honorários	-	1.340,70
Conservação e reparação	5.008,77	1.613,58
Materiais		
Material de escritório	221,85	73,95
Combustíveis	-	461,04
Deslocações		
Deslocações e estadas	22,86	2.506,16
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	36,40	3.986,29
Comunicação	901,55	3.171,59
Seguros	-	516,00
Contencioso e notariado	55,00	215,80
Outros serviços	3,32	113,76
Total	60.242,76	124.804,53

20. Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal é analisada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Remuneração do pessoal	53.779,33	48.959,38
Encargos sobre remunerações	10.213,53	9.430,50
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	438,67	474,50
Outros gastos com o pessoal	14.528,40	10.384,38
Total	78.959,93	69.248,76

O número médio de pessoas ao serviço da Fundação, foi de 1 empregado em 2023 e 2022.

21. Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é analisada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Venda de resíduos	-	281,27
Total	-	281,27

22. Outros gastos

A rubrica de outros gastos é analisada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos indirectos	102,00	144,60
Quotizações	1.974,00	1.492,00
Outros	2,43	2.729,98
Total	2.078,43	4.366,58

23. Juros e gastos/rendimentos similares

A rubrica de juros e gastos/rendimentos similares é analisada da seguinte forma:

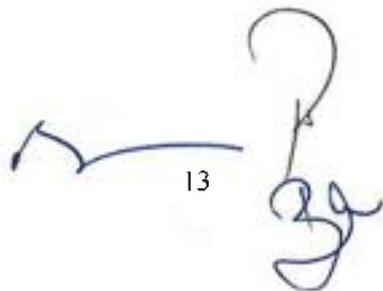
Descrição	2023	2022
Juros bancários obtidos	761,75	2,05
Total	761,75	2,05

24. Passivos contingentes

Não se identificam passivos contingentes.

25. Ativos contingentes

Não se identificam ativos contingentes.

26. Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação requerida de acordo com os diplomas legais:

- a) A Fundação não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e
- b) A Fundação não tem impostos em mora ao Estado.

A proposta de aplicação de resultados é apresentada pela Administração no Relatório de Gestão.

27. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram acontecimentos com lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras da Fundação Círculo de Leitores.

Lisboa, 15 de março de 2024

O Contabilista Certificado,



António Correia

O Conselho Administração,



Felipe L. A.;
Jee

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Conforme previsto na alínea c) do artigo 13.º dos Estatutos da Fundação Círculo de Leitores ("Fundação"), vem o Conselho Fiscal apreciar e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, Demonstrações financeiras e anexos da Fundação relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e a respetiva proposta de aplicação de resultados.

O Conselho Fiscal acompanhou de perto a ação desenvolvida pelo Conselho de Administração da Fundação no exercício de 2023 e apreciou o resultado de tal ação nas contas desse exercício.

No exercício das nossas competências averiguámos a observância da Lei e Estatutos da Fundação. Procedemos à verificação da regularidade dos registos contabilísticos e da respetiva documentação de suporte. Comprovámos a adequação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados pela Fundação.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o Relatório de gestão e as Demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

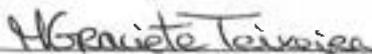
Em resultado do trabalho desenvolvido, somos do parecer que sejam aprovados:

- a) O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados pelo Conselho de Administração; e
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Fundação e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 30 de junho de 2024

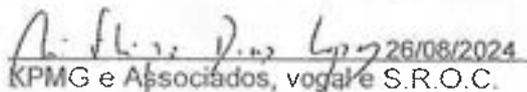
O Conselho Fiscal,



Maria Graciete Fernandes Teixeira
Presidente



José António Fernandes Teixeira
Vogal


KPMG e Associados, vogal e S.R.O.C.

representada por Rui Filipe Dias Lopes, R.O.C.